COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

PERIODICIDADE MENSAL PREÇO AVULSO: 20$00 N.º 32 SETEMBRO 1988

Exigência de firmeza

A decisão aprovada em Genebra que permitiu bloquear a apreciação da proposta de resolução sobre Timor-Leste no seio da Subcomissão para a Prevenção da Discriminação e a Protecção das Minorias interrompeu a escalada de apoios internacionais que a luta do povo maubere tem concitado nos últimos meses.

Este revés verificou-se num momento-chave: a poucos dias da publicação do relatório do Secretário-Geral, do começo da Assembleia Geral da ONU, da Cimeira do Movimento dos Não-Alinhados e da discussão, no Parlamento Europeu, do relatório Van den Heuvel sobre Timor-Leste.

Simultaneamente, foram postas a circular em diversos países, nomeadamente nos países ocidentais, notícias com origem em Jacarta sobre uma eventual rendição da resistência timorense, mediada pela Igreja Católica; quatro deputados ao Parlamento Europeu, de grupos políticos e países diferentes (Holanda, França, Grã-Bretanha e RFA) visitaram Timor-Leste, durante dois dias e meio a convite das autoridades de Jacarta e o seu relatório final foi distribuído pela embaixada indonésia a todos os peritos em Genebra, 48 horas antes da votação; a proposta feita pelo governador Mário Carrascalão de "abertura" do território, apesar da ambiguidade e da polémica que gerou, serviu para criar a ideia de que essa medida iria ser efectivamente tomada e que, com ela, acabariam os problemas em Timor-Leste.

Diplomacia hábil e bem coordenada, a indonésia. Desta vez, porém, é inegável que a diplomacia portuguesa se empenhou com convicção na defesa dos direitos do povo timorense, inclusivé respondendo sobre a hora, documento a documento, às alegações de Jacarta. Ficou, no entanto, a nú alguma debilidade do aparelho diplomático e, sobretudo, o resultado de anos e anos de passividade comprometida que criou cavernas de desinformação e a noção enraizada sobre o desinteresse da Potência Administrante. Não são atitudes que se corrijam com alguns meses de trabalho, por árduo e aplicado que seja.

Há por isso que reavaliar meios disponíveis e formas de acção. Sem que isso ponha em causa o objectivo central: criar as condições para que o povo de Timor-Leste possa escolher livremente o seu futuro.

A estratégia de Jacarta parece centrar-se agora na pressão sobre Portugal para que sejam restabelecidas as relações diplomáticas entre os dois países, situação que facilitaria o arranjo de um compromisso bilateral.

Casca de banana por demais transparente, nenhuma dificuldade ou proposta engalanada poderá ser um pretexto para ignorar o significado e o apelo da Resistência timorense, o sofrimento e a esperança de todo um povo que luta contra o genocídio pela afirmação da sua identidade nacional. □

Denúncia do colonialismo indonésio

O revés que a causa do povo timorense sofreu em Genebra acabou por diluir o significado da sessão da Comissão de Descolonização das Nações Unidas. No entanto, o número de peticionários igualou o máximo atingido em 1986 — vinte e um — e o conteúdo do conjunto das intervenções revelou um conhecimento mais profundo da realidade de Timor-Leste.

Portugal foi o país com mais forte delegação, pois além das organizações de solidariedade ("A Paz é Possível em Timor-Leste" e CDPM) estiveram igualmente presentes os deputados Carlos Encarnação (PSD) e Sottomayor Cardia (PS) em representação da Comissão Eventual da AR e o eurodeputado F. Lucas Pires (CDS), a convite da CDPM. De destacar a presença dos representantes da Convergência Nacionalista (FRETILIN e UDT), assim como de um parlamentar japonês, o Sr. Kozabuso Yameda, de um enviado de Lord Avebury que interveio em nome do recém-criado movimento **Parlamentarians for East Timor**, do Bispo de Tonga, Patalicio Finau, que falou em nome da Conferência das Igrejas do Pacífico, do advogado Martin Enda, membro da Comissão Justiça e Paz da Papua Nova-Guiné e da Amnistia Internacional. Intervieram ainda, organizações de solidariedade e de defesa dos direitos humanos da Austrália, Canadá, EUA, Japão, RFA, Grã-Bretanha, França e Holanda, que denunciaram também as práticas colonialistas seguidas pela admninistração de Jacarta em Timor-Leste.

NESTE NÚMERO:

- **Exigência de firmeza**
- **Colonialismo indonésio denunciado em Nova Iorque**
- **Testemunho inequívoco**
- **Nem toda a resistência é armada**

O representante permanente da Guiné-Bissau na ONU, embaixador Lopes Cabral, falou em nome dos "Cinco".

Ao contrário do que acontecera em anos anteriores, o governo de Lisboa marcou uma posição muito mais de acordo com as exigências que a questão coloca ao Estado português.

Não inovando em relação ao passado, o representante da Indonésia baseou a defesa àcerca do que continua a afirmar ser uma "não-questão" no enumerar de todos os "benefícios" do "desenvolvimento" timorense.

Seguem-se excertos das principais intervenções.

INTERVENÇÃO DO DR. ROQUE RODRIGUES (FRETILIN)

É certamente um embaraço para esta Comissão ter um dos seus membros actuando de um modo ainda pior do que o antigo poder colonial europeu. Cremos já ser altura de o Governo da Indonésia rever a sua posição. Necessitamos apenas de ouvir da parte da Indonésia que deseja sentar-se conjuntamente com os representantes do povo de Timor-Leste para discutir um modo de terminar um conflito que já custou a vida a 200.000 timorenses, a 20.000 indonésios e manchou a imagem da Indonésia no mundo.

Pela nossa parte, desejamos reiterar os seguintes pontos:

1. Estamos preparados para iniciar negociações com o lado indonésio e sem condições prévias;

2. Percebemos os receios indonésios sobre segurança e pelo nosso lado estamos preparados para discutir formas de dissipar tais receios.

3. Um Timor-Leste independente — se tal fôr o desejo do povo do território — trabalhará em direcção a uma cooperação e integração regional; para tal um Timor-Leste independente candidatar-se-á a membro da Associação das Nações do Sueste Asiático (ASEAN) e do Forum do Pacífico Sul.

4. A FRETILIN e a UDT acreditam que um sistema multi-partidário com garantias constitucionais dos direitos humanos, liberdade de expressão religiosa e propriedade privada, serão a melhor garantia de que todos os timorenses gozarão de igualdade de direitos e protecção;

5. Finalmente, um referendo ou eleições gerais na base de um homem um voto, de acordo com a Res. 1514 (XV) e 1541 (XV) deveriam ser realizadas sob os auspícios das Nações Unidas, a não ser que seja encontrada uma fórmula alternativa entre as partes envolvidas no processo de diálogo referido no ponto 1..

Estamos encorajados pelo novo clima político que parece prevalecer agora no mundo. Uma rápida solução para os conflitos regionais está à vista, pois os diferentes intervenientes no cenário mundial estão a fazer sérios esforços no sentido de terminar com estes conflitos.

Desejamos que o lado indonésio aproveite a altura para repensar as suas posições e aceite o ramo de oliveira que lhe estendemos. Contudo, embora estejamos preparados para recuar a fim de facilitar uma rápida solução para o conflito em Timor-Leste, persistiremos na nossa luta se o lado contrário insistir na sua posição de arrogante desafio às resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança.(...)

INTERVENÇÃO DO DR. MOISÉS DO AMARAL (UDT)

(...)

Efectivamente, a Resolução 37/30 da Assembleia Geral, adoptada em 1982, pressionava a Indonésia para encetar conversações com Portugal e os legítimos representantes do povo de Timor-Leste sob os auspícios do Secretário-Geral de modo a obter uma solução global para a questão de Timor-Leste.

Pela nossa parte, UDT e FRETILIN, já chegámos a um acordo de igualdade de condições e cooperação. Este acordo é importante. A Indonésia não pode continuar a argumentar que nós, os dirigentes timorenses, poderemos conduzir o povo a lutar uns contra os outros. Se tal aconteceu no passado é a Indonésia quem deverá ser acusada. A Indonésia deverá, a partir de agora, encarar seriamente a necessidade de um diálogo, em igualdade de circunstâncias, com a Convergência Nacionalista representada pela UDT e pela FRETILIN.

Nós, UDT, nunca aceitámos colaborar numa falsa solução. Seremos leais para com o espírito da Convergência Nacionalista criado pela nossa maturidade política. De facto, sabemos que também a FRETILIN será leal a esse mesmo espírito.

Estas conversações não são impossíveis e se ainda não se realizaram a falta cabe à Indonésia por não reconhecer a resolução 37/30 das Nações Unidas.(...)

INTERVENÇÃO DO REPRESENTANTE DE PORTUGAL, DR. QUARTIN-SANTOS

Embora o processo de descolonização dos principais territórios coloniais tenha sido completado (com excepção da Namíbia que, segundo cremos, avança já no bom caminho para a tão desejada solução de autodeterminação e independência), esta Comissão tem ainda um papel muito importante a desempenhar no que concerne os pequenos territórios e suas populações.(...)

Alguns deles estão, de facto, a ser submetidos pela força, sendo objecto de políticas de 'facto consumado', propostas à comunidade internacional para absolvição e aceitação, em claro e flagrante desrespeito pelos princípios fundamentais e resoluções das Nações Unidas.(...)

Geralmente, Sr. Presidente, estas políticas de 'facto consumado' tentam legitimar-se a si próprias com a passagem do tempo, o esquecimento e a acomodação que esperam daí advir. Tentam também, frequentemente, convencer o mundo exterior da sua rectidão divulgando informação e estatísticas que não é possível verificar e difundindo notícias sobre melhoramentos materiais levados a cabo durante o seu mandato. Mas assim torna-se ainda mais difícil explicar por que não é o povo consultado, de uma forma livre, clara e válida, sobre se aceitam ou não aquele governo a que foram submetidos. Se tal fosse tão positivo como parece para os seus executores, se os corações e os espíritos desses povos já tivessem sido conquistados temos a certeza de que então não recearíam ser questionados de um modo que certamente seria convincente para a comunidade internacional, em geral, e para as Nações Unidas, em particular.(...)

Como potência administrante, e como tal reconhecida pelas Nações Unidas, estamos comprometidos com a salvaguarda do direito à autodeterminação, direitos humanos e liberdades fundamentais e a identidade específica do povo de Timor-Leste.(...)

Novos ventos favoráveis à paz e ao respeito pelos direitos dos povos parecem estar a soprar actualmente no Mundo. Esperamos sinceramente que sejam suficientemente fortes para também atingirem Timor-Leste e assim criarem uma atmosfera que inspire todas as partes envolvidas a encontrar uma via própria que traga a tão esperada paz e justiça àquele povo.

INTERVENÇÃO DO DR. LUCAS PIRES

Mas que responde a todas estas evidências a Indonésia?

1. Que o responsável pela situação é Portugal e o abandono a que votou a população e o território:

— É verdade que muitas culpas nos poderão ser assacadas, no plano político passado, mas a questão já não é essa. Portugal não está a reivindicar direitos seus, mas sim direitos de Timor e dos timorenses. A questão é a dos direitos de quem não foi responsável de nada, mas vítima de tudo: o povo timorense. Tais direitos não podem ser negociados nem por Portugal, nem pela Indonésia e o seu

reconhecimento tem necessária precedência sobre qualquer negociação ou repartição de culpas.

2 — Que havia uma situação de vazio e guerra civil que a Indonésia se limitou a preencher e arbitrar.

A verdade, porém, é que o vazio deixado pelo fim de uma sitação colonial não pode servir para justificar uma nova situação colonial, aliás, desta vez, no reverso da anterior, mais colonialista que colonizadora. A intervenção indonésia não visou objectivos puramente arbitrais e não levou à paz, a não ser à das prisões e valas comuns. Pelo contrário, foi a resistência que, entretanto, unificou os seus esforços, tanto interna como externamente, criando as verdadeiras condições de paz e unidade para o futuro.

3 — Que nunca houve tanto progresso em Timor como actualmente.

Esse argumento esquece que o direito *e a* liberdade *não podem ser comparados ou substituidos por quaisquer dádivas e formas de conforto. De resto, bem se sabe que toda a guerra comporta uma parte de acção psico-social voltada para o bem-estar daqueles que quer dominar. E como já disse um historiador português "200.000 mortos é um preço excessivo para a televisão a cores"...*

4 — Que os convidados que têm visitado Timor-Leste não têm visto qualquer resistência.

Este argumento é desmentido por pessoas recentemente fugidas de Timor assim como pelo facto de a Indonésia ter lançado recentemente uma grande operção militar intitulada "limpeza geral" com o fim de "eliminar" a resistência. Não se compreenderia que tal operação fosse procurar eliminar o que já antes não existia. Principalmente, os observadores convidados pela Indonésia vão em regime de excursão organizada, quando qualquer julgamento desse tipo só poderá ser feito quando houver liberdade de acesso e informação generalizados, como agora — só agora! — pede o Governador Carrascalão.

A Indonésia não tem, pois, a razão, nem o direito pelo seu lado. O que haveria a fazer, nestas condições, seria mesmo começar por repor as condições mínimas de Direito, sem as quais nunca há paz. Em particular deveria ser garantida a existência daqueles direitos que, por serem fundamentais, *não podem ser negociados sequer pelos próprios, quanto mais por outrém, em seu nome.*

Isso requer, sem dúvida, o fim do regime de ocupação militar, o estabelecimento das liberdades das pessoas, a liberdade de circulação e informação na relação com o exterior e estruturas básicas e auto-determinação da população.(...) □

Testemunho inequívoco

Por 10 votos contra 9 e 5 abstenções os peritos em direitos humanos membros da Subcomissão para Prevenção da Discriminação e a Protecção das Minorias decidiram no passado dia 1 de Setembro, em Genebra, não apreciar nem votar a resolução sobre Timor-Leste subscrita por sete dos 26 membros deste orgão das Nações Unidas. No entanto, a questão timorense foi das mais presentes durante todo o decorrer da sessão. Logo a seguir aos casos da África do Sul e de Israel, a violação dos direitos humanos em Timor-Leste foi a situação mais mencionada pelos diversos intervenientes com direito à palavra: os peritos membros, os Estados e as Organizações Não-Governamentais, ambos com o estatuto de observador.

Anselmo Aparício, um timorense de 25 anos que saiu da sua terra e chegou a Portugal em Fevereiro último, testemunhou por duas vezes perante a Subcomissão. Das suas intervenções, ouvidas com nervosismo por parte da delegação indonésia e dos seus apoiantes, de tal modo que as acusações sobre o tratamento dos prisioneiros em Timor-Leste não obtiveram qualquer contestação, escolhemos alguns dos parágrafos mais significativos.

"No dia 24 de Maio de 1987 fui obrigado por elementos da Polícia Militar a olhar o sol de frente, a fazer flexões e finalmente eles mergulharam-me num tanque cheio de excrementos humanos e de animais. Tudo isto porque, acidentalmente, eu passei pelo cemitério militar, um caminho que fazia todos os dias para ir à escola, no momento em que essa estrada estava interdita porque estavam a enterrar os soldados indonésios mortos em combate contra a resistência. Outros timorenses, entre os quais alguns motoristas de taxi, sofreram as mesmas vexações ao mesmo tempo que eu. (...)

As mulheres prisioneiras são violadas pelos soldados e pelos oficiais indonésios e, ainda por cima, sofrem também como os outros todas as formas de torturas físicas e psicológicas. Conheci muito bem os casos de Maria Lídia Boavida, de Benedita e lembro-me de uma mulher que ficou grávida por causa dos abusos cometidos na prisão de Comarca pelos militares indonésios. A sua filha, que assim veio ao mundo, foi minha aluna na escola. Estes casos não são de modo algum raros.

As autoridades indonésias libertaram, nos últimos meses, a maior parte dos prisioneiros em Dili. Queria chamar a vossa atenção para as condições de vida que esperam esses timorenses. Eles são ameaçados para que não contem a ninguém o que passaram durante o tempo em que estiveram presos. São obrigados a apresentar-se às autoridades militares (Korem, Koramil) todas as semanas ou todos os meses, durante anos, sobretudo porque eles são supostos tornarem-se espiões ao serviço dos ocupantes. Cada vez que se apresentam, têm de contar o que notaram de suspeito à sua volta. (...)

(...) o problema dos prisioneiros de guerra. Os homens e as mulheres timorenses que são capturados durante os combates são torturados até à morte. Os que são internados no hospital devem sobreviver até os militares considerarem que eles não podem fornecer mais informações válidas. Eles são então abandonados e morrem no maior sofrimento. (...)

(...) toda a população de Timor-Leste vive a situação dos prisioneiros que não são julgados. Digo-o a partir da minha própria experiência. Todos os dias temos medo de ser interrogados, maltratados, enviados para a prisão. (...)

Eu cresci num meio onde os direito do homem não são respeitados, onde reina o terror, onde a presença militar indonésia impõe uma submissão total. Tendo crescido neste meio, cheguei a pensar que o poder das armas era rei em toda a parte. É com surpresa e satisfação que, uma vez saído de Timor-Leste, constato que a liberdade de expressão, de associação, de movimento, a liberdade cultural, e mesmo a liberdade de protestar existem... Porque é que o meu povo não tem este direito do qual gozam os outros povos?".

Nem toda a resistência é armada

As informações que nos vão chegando de Timor-Leste têm vindo a evidenciar uma diversificação e um enriquecimento das formas de resistência à ocupação indonésia.

Hoje, para além da Resistência armada, que se alimenta e que alimenta a recusa timor da presença opressora estrangeira, esta tem que enfrentar oposições aparentemente tão díspares como a revolta estudantil em Dili ou a afirmação da identidade religiosa timorense.

ESTUDANTES DE NOVO NA RUA

De há um ano a esta parte que um novo elemento entrou em cena na contestação à dominação colonial indonésia em Timor-Leste: os estudantes de Dili.

Em Julho deste ano voltaram de novo à rua, espalhando a sua revolta pela cidade.

Segundo informações veiculadas para o exterior pela **Comissão Secreta da Resistência Nacional dos Estudantes Timores** (CSRNET) dando conta desta manifestação, os jovens protestavam pelo facto de que os ocupantes indonésios "**têm vindo a tirar lugares aos nativos da terra: tiraram cadeiras aos nativos timorenses nas repartições, tiraram e tiram ocasiões aos timores nos negócios e tiraram e continuam tirando bancos aos alunos/estudantes de Timor-Leste nas escolas**". De acordo com esta Comissão "**os grandes responsáveis nas repartições, os grandes responsáveis nos serviços de Educação e Cultura, os professores, etc., são indonésios, por isso empregam todos os sistemas para marginalizarem os estudantes timores e darem lugares aos filhos dos indonésios**".

Eram 1 1 horas do dia 18 de Julho quando cerca de 600 estudantes dos vários graus de ensino se concentraram defronte da sede do governo "provincial". Os polícias de segurança ao edifício tentaram convencê-los a dispersar. Face aos gritos de protesto dos jovens acabou por acudir o secretário do governador Mário Carrascalão, o coronel Sarijo, que prometeu tomar providências.

"**Os estudantes timores**, diz a CSRNET, **em conjunto, num só espírito, gritaram bem alto e claramente** (...) **que se não houver lugares para eles os estudantes timores continuarem os seus estudos, que os indonésios se retirem de Timor-Leste, ou então, eles, os estudantes timores irão todos para o mato continuarem os seus estudos nas escolas de** 'Xanana Gusmão'. **Um polícia secreto de Kopskam** (Comando Operacional de Segurança) **que procurou aproximar-se com a pretensão de tirar-lhes fotografias, foi violentamente espancado e esmagado pelos estudantes manifestantes e a sua máquina fotográfica ficou transformada em pedaços** (...)"

Vários estudantes foram presos nos dias seguintes à manifestação.

IDENTIDADE RELIGIOSA: UMA IMPORTANTE COMPONENTE DO NACIONALISMO TIMOR

Terminou no dia 15 de Agosto o Ano Mariano durante o qual, por iniciativa do Bispado local, a imagem de N.ª Sr.ª da Peregrinação, sediada em Fatu-Bessi, Ermera, percorreu todo território de Timor-Leste, transportada pelos fiéis em cortejos que reuniram milhares de pessoas e nos quais se integraram, muitas vezes, os próprios guerrilheiros.

Tal como já aqui noticiámos, a peregrinação da imagem foi, por vezes, motivo de confronto entre os crentes timores e os indonésios, já que estes não podiam ver com bons olhos uma tão grande concentração da população, com a protecção da Igreja Católica, numa afirmação clara da sua identidade religiosa, componente fundamental da sua identidade como nação.

Assim, segundo informa a CSRNET, "**no dia 23 de Julho de 1988, quando a procissão de N.ª Sra. foi realizada em Dili, na rua da Audia, a população espancou e esmagou brutalmente um trabalhador indonésio, originário de Manado-Sulawesi do Norte, duma loja indonésia de nome** Jahit Sehat, **porque ele difamou a estátua de N.ª Sra. e a população cristã do acto solene a ser realizado, dizendo que a população era parva por estar a prestar culto a uma estátua sem vida. A população em sabendo a falta de respeito e a difamação que o indonésio de Manado dizia contra Maria, sua Mãe, Rainha e Padroeira, caiu sobre o indonésio-manado, esfolando-o sem que os militares e os polícias civis pudessem intervir, pois era a população que reagiu em massa e exigiu às autoridades do governo fantoche de Dili para que o tal indonésio-manado fosse imediatamente recambiado de regresso a Manado-Sulawesi do Norte, sua terra, porque não respeita e difama a cultura religiosa do Povo Católico de Timor-Leste**".

A LUTA ARMADA CONTINUA

Entretanto, a guerrilha não esteve parada durante o mês de Agosto.

As informações chegadas do interior afirmam e confirmam a vitalidade da guerrilha, como aliás o reconheceram os quatro parlamentares europeus que a convite da Indonésia estiveram no território nos dias 16, 17 e manhã de 18, quando afirmaram existir um forte aparato militar indonésio.

No dia 2 de Agosto, na área de Galata, Baucau, os guerrilheiros armaram uma emboscada aos "boinas vermelhas" tendo-lhes causado 20 mortos com apreensão do respectivo armamento e fardamento.

Na segunda semana deste mesmo mês os guerrilheiros entraram na povoação de Natarbora e cerca de 300 estudantes da Escola Média Agrícola (SMPA), de idades compreendidas entre os 18 e os 23 anos, juntaram-se à Resistência armada.

No dia 17 de Agosto, dia da proclamação da independência da Indonésia, os guerrilheiros atacaram posições militares do inimigo na zona de Gariwai, Baucau e em Vemasse, no mesmo concelho, não tendo sido especificadas as baixas causadas ao ocupante. □

Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere **Sede:** R. Pinheiro Chagas 77-2.º Esq. 1000 Lisboa, Tel. 57 47 18/54 13 08 **Execução Gráfica:** Gamatipo, Artes Gráficas, Lda. **Tiragem:** 1000 exemplares **Periodicidade:** mensal **Preço avulso:** 20$00 Assinatura anual: 300$00 Publicação inscrita na DGCS com o n.º 112 094 Depósito Legal n.º 25.317